

*Ata da 56ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,*

em 16 de novembro de 2011.

Presidência do Senhor Deputado Mário Negromonte Júnior “ad hoc”. À hora marcada, O Senhor Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com a finalidade de **debater a estruturação da cadeia da carne no Estado da Bahia**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: o Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri/BA), Eduardo Salles; o Diretor Geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Paulo Emílio Torres; e o Presidente do Sindicato da Indústria de Carne e Derivados do Estado da Bahia (Sincar), Júlio Farias. Na sequência, esclareceu os motivos pelos quais propôs aquela discussão, argumentando que, apesar de não ser do ramo da carne, a cultura do abate no mato sempre o preocupou, sobretudo, no que tange à saúde dos consumidores. Louvou o Governo do Estado e as ações que o Secretário Eduardo Salles vem realizando, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura no Estado, destacando, entre outras, o combate à ociosidade dos matadouros, a regionalização do abate e a iniciativa inovadora dos entrepostos. Por fim, parabenizou o trabalho da Adab, sugerindo a ampliação do número de fiscais, haja vista o grande déficit que existe para combater o abate clandestino, assim como parabenizou o Ministério Público pelo papel fiscalizador que vem exercendo. O Secretário Eduardo Salles afirmou que a estruturação da cadeia da carne na Bahia é uma preocupação constante da Secretaria, principalmente com relação ao abate clandestino, que demanda um trabalho árduo e difícil, além de envolver problemas de saúde pública. Com esse propósito, a Seagri realizou um estudo técnico e concluiu que o modelo de frigorífico adotado pelos estados que visitou (custo aproximado de oito milhões de reais) não seria viável para um Estado com a dimensão da Bahia. Por conseguinte, decidiu elaborar um projeto de frigorífico padrão, compatível com as condições do Estado (custo aproximado de dois milhões de reais), para ser instalado em municípios estratégicos, que centralizem os abates de cada região. Nesse sentido, informou que 23 frigoríficos estão sendo implantados para se somarem aos 30 já existentes, perfazendo um total de 53 frigoríficos no Estado. Esclareceu que as ações implantadas pelo Governo não visam fazer concorrência ao setor privado; onde houver interesse do setor privado o Estado não pretende assumir os frigoríficos. Discorreu sobre o Programa de Entrepostos Frigoríficos, lançado há um mês, que pretende construir 150 equipamentos, pedindo o apoio e a união de todos: deputados, prefeitos, Ministério Público, Vigilância Sanitária, Adab (cujo trabalho o orgulhava muito), sindicatos e população. Por fim, defendeu a educação como ponto

fundamental para esclarecer a população sobre a importância de se fiscalizar e combater o abate clandestino. O Deputado Joseildo Ramos asseverou que, apesar de o Estado da Bahia ter vocação para criador, ainda precisava evoluir muito do ponto de vista tecnológico e, nesse sentido, iniciativas como a do Deputado Mário Negromonte Júnior, a quem elogiou, são importantes para ajudar a melhorar a qualidade da carne (abate inspecionado) e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos baianos. O Sr. Paulo Emílio Torres, assegurando que o problema da carne é mundial, explicou, através de vídeos e eslaides, a estruturação da cadeia da carne na Bahia, que perpassa por todos os entes, do produtor ao consumidor, destacando, entre outras, as seguintes ações: o projeto de descentralização de pequenos frigoríficos; o Projeto de Entrepósitos Frigoríficos, que irá trabalhar junto aos centros consumidores e pode ser ampliado; a criação da Zona de Proteção, que tem proporcionado muitos avanços; a extinção da Zona Tampão, composta por oito municípios; e o trabalho para o combate da febre aftosa, citando os problemas que o Estado do Mato Grosso do Sul vinha enfrentando, em decorrência do foco no Paraguai, razão pela qual a Bahia estava realizando uma ação de cooperação com aquele Estado. Enfatizou a necessidade de se combater o abate clandestino (problema de saúde pública), que precisa ser encarado como um problema de política pública para desenvolver a segurança alimentar e anunciou o lançamento, em breve, do Projeto de Matadouro Avícola, com capacidade para abater cinco mil aves por dia. Finalizou, conclamando o consumidor a se engajar na luta contra o abate clandestino para garantir a qualidade da carne. O Sr. Júlio Farias, analisando os pontos suscitados pelos oradores que o antecedeu, registrou aqueles que tinham a anuência do Sincar: os frigoríficos serem prestadores de serviço - “cedemos nossos espaço para os pequenos abates”, diferentemente de outros estados; o Projeto dos Entrepósitos, todavia, entende que a fiscalização da Adab e da Vigilância Sanitária precisa atuar firmemente no transporte da carne ao mercado consumidor; a redução da ociosidade dos matadouros (hoje, cerca de 70%), conclamando os prefeitos a se engajarem na luta para reduzi-la e defendeu a instalação de frigoríficos nas regiões que não tem. Concluiu, registrando que estava elaborando uma cartilha para esclarecer o produtor e o consumidor sobre a qualidade da carne refrigerada. O Deputado Zé Neto louvou a iniciativa de se discutir sobre a cadeia da carne, ouvindo os setores envolvidos, haja vista abranger problemas de saúde e de qualidade de vida. Afirmou que o grande gargalo a enfrentar é a logística e destacou a importância das câmaras setoriais. Por fim, disse ao setor que podia contar com o apoio da Casa. O Sr. Alber Rezende, da Confrigo, de Vitória da Conquista, enalteceu o trabalho fiscalizador da Adab e salientou a dificuldade do setor frigorífico com a demanda da carne inspecionada. A propósito, defendeu que se adote uma ação imediata para a implantação da Portaria 304, do Ministério da Agricultura, salientando a dificuldade dos prefeitos para implantá-la, haja vista a

população não conseguir entender a diferença entre carne clandestina e carne inspecionada. O Sr. Almir Mendes, Secretário Executivo da Câmara Consultiva da Carne de Bovinos e Bubalinos do Estado da Bahia, após parabenizar o Projeto dos Entrepósitos, chamou atenção para dois problemas que o setor da carne enfrentava: a verticalização e as questões ambientais. Nesse sentido, registrou que a Câmara estava elaborando uma cartilha esclarecedora, abrangendo questões ambientais, sanitárias e de financiamento, bem como estava fazendo um estudo das pastagens para propor uma alternativa de descarte das carcaças. O Deputado Joacy Dourado, após parabenizar a atuação da Secretaria da Agricultura, da Adab e do Deputado Mário Negromonte Júnior, relatou a situação da carne no Município de Irecê, que era comercializada a céu aberto e, graças a uma “importante” ação do Ministério Público, a situação foi revertida; hoje o município tem matadouro público-privado, entretanto, enfrentava problemas com a gestão e com a origem da carne, que ainda inspirava dúvida. Defendeu que o mesmo rigor aplicado ao abate da carne bovina seja aplicado à carne suína; de igual modo defendeu a realização de um processo pedagógico de divulgação do perigo que a carne não inspecionada pode acarretar para a saúde. O Deputado Aderbal Caldas refletiu acerca da Portaria 304, argumentando que a aplicação rigorosa e inflexível daquela normatização estava causando problemas – desativação de matadouros, desemprego e abate clandestino. Nesse sentido, defendeu que uma boa higiene, fiscalizada através da inspeção de um veterinário, seria suficiente para liberar o animal para o abate. Refletiu, também, sobre os problemas que a carne suína pode causar para a saúde do consumidor. O Sr. José Antônio, do Frigorífico Abatal, de Juazeiro, disse que os gestores municipais precisavam cooperar no sentido de encontrar uma saída para a inspeção da carne, convocando para a discussão a Adab, a Secretaria de Saúde (saúde pública), a Secretaria da Segurança (roubo de animais) e as indústrias, ao tempo em que salientou a necessidade de envolver nessa discussão a Secretaria de Educação, visando esclarecer o consumidor sobre os problemas que podem advir do abate clandestino, bem como esclarecer sobre a falta de origem sanitária das carnes de caprino e ovino. O Sr. Antônio Siqueira, Assessor Técnico do Sincar, como Veterinário, desmistificou a crença de que a carne suína é nociva ao homem, esclarecendo que essa situação pode ser verificada no suíno criado solto na rua, não na carne produzida em granjas, com origem na cadeia produtiva, que é inspecionada, saudável e não compromete a saúde do homem. Defendeu a união dos segmentos envolvidos no combate ao abate clandestino, inclusive das secretarias estaduais, destacando como fundamental a participação da UPB e dos municípios. O Sr. Paulo Emílio reiterou o posicionamento do orador que o antecedeu com relação à carne suína, que precisava ser mais consumida e, em nome da Adab, agradeceu a oportunidade de discutir o tema. O Sr. Presidente defendeu uma campanha para desmistificar algumas crenças sobre a carne suína, bem como se comprometeu a realizar uma campanha no

sentido de envolver a UPB e os prefeitos no combate ao abate clandestino. Posicionou-se favorável à adoção do modelo de matadouro/frigorífico terceirizado e ponderou sobre os pontos que foram levantados pelos oradores, que integrariam um relatório a ser enviado ao Governador, às Secretarias de Agricultura, Saúde, Educação e Segurança Pública e às Comissões da Casa. Na certeza de que precisam avançar muito mais, agradeceu a todos pelas contribuições que trouxeram, “contem conosco para combater o abate clandestino”, e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –